



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

Requerimento nº 117/2025

Assunto: Requerendo ao Executivo informações acerca dos medicamentos disponíveis na Farmácia Municipal.

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:**

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 11.934/2024 e o Pregão Eletrônico nº 003/2025, cujo objeto foi o registro de preços para aquisição de medicamentos destinados à Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO relatos frequentes da população cosmopolense quanto à indisponibilidade de medicamentos essenciais na Farmácia Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir transparência e eficiência no abastecimento e fornecimento de medicamentos aos munícipes;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, assegura, no artigo 5º, inciso XXXIII, que todo cidadão tem direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, sob pena de responsabilidade da autoridade que lhe negar acesso;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.527/2011 determina que todo cidadão tem direito de obter:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: [...] VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; [...]

CONSIDERANDO que o artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) determina que *"as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade."*

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no Tema nº 832 da gestão por temas da Repercussão Geral, fixou a seguinte tese: "O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito", a saber:



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

Tema

832 - Direito de vereador, enquanto parlamentar e cidadão, a obter diretamente do chefe do Poder Executivo informações e documentos sobre a gestão municipal.

Há Repercussão?
Sim

Relator: MIN. DIAS TOFFOLI

Leading Case: RE 865401

Ver descrição [+]

Ver tese [+]

O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito.[-]

CONSIDERANDO que no voto RE 865401, que deu origem ao Tema nº 832, o relator Ministro Dias Toffoli assentou que **“o fato de as casas legislativas, em determinadas situações, agirem de forma colegiada, por intermédio de seus órgãos, não afasta, tampouco restringe, os direitos inerentes ao parlamentar como indivíduo, membro do povo, da nação”.**

CONSIDERANDO que, da simples análise do voto do Relator, é possível perceber que o parlamentar não pode ser transformado em cidadão de segunda categoria, uma vez que a Constituição Federal assegura que todo cidadão tem o direito fundamental de acesso à informação previsto no Art. 5º, XXXIII, 37, § 3º, inciso II; e 216, § 2º, da CF, com a aplicação das regras previstas na Lei de Acesso à Informação, a saber:

Não se nega que o jogo político há de ser jogado coletivamente e que seus resultados hão de ser respeitados. Entretanto, o reconhecimento da existência dessa dinâmica em algumas relações dentro do parlamento não pode resultar numa leitura reducionista ou nulificadora do direito à informação, que possui natureza jurídica de direito fundamental e também de um direito humano.

[...]

De todo modo, o fato é que não há como se autorizar que seja o parlamentar transformado em cidadão de segunda categoria.

[...]

O fato de ser parlamentar não o despe de seus direitos de cidadão.

CONSIDERANDO que relator ainda ressaltou que **“Não tendo sido atendida a pretensão de buscar informações de órgãos e de entes públicos pela via do parlamento, o legislador, na condição também de cidadão terá, a toda evidência, o direito fundamental de acesso à informação.”**

CONSIDERANDO que como é possível verificar, de acordo com o entendimento do STF, **o vereador tem o direito fundamental de como cidadão solicitar informações diretamente ao chefe do Poder Executivo, sendo que a sua afronta pode ensejar a busca por Mandado de Segurança;**



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

REQUEREMOS, EM CARÁTER DE URGÊNCIA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES:

1. ***Relação detalhada dos medicamentos adquiridos através do Pregão Eletrônico nº 003/2025, especificando quantidades compradas e valores empenhados;***
2. ***Relação dos medicamentos constantes no edital que não foram adquiridos ou estão pendentes de entrega, com as respectivas justificativas;***
3. ***Estoque atual da Farmácia Municipal, discriminando os medicamentos disponíveis e suas respectivas quantidades;***
4. ***Esclarecimento sobre eventuais dificuldades enfrentadas na aquisição ou entrega desses medicamentos e medidas adotadas pela administração municipal para solucionar tais problemas;***
5. ***Relação dos medicamentos adquiridos em cumprimento a ordens judiciais, especificando quais medicamentos são fornecidos nessa modalidade e as respectivas quantidades;***
6. ***Informações detalhadas sobre o procedimento adotado pela Secretaria Municipal de Saúde para a compra desses medicamentos adquiridos por ordem judicial;***
7. ***Esclarecimentos sobre a existência de programas específicos para garantir o fornecimento desses medicamentos judiciais, bem como se atualmente há falta desses medicamentos e quais providências estão sendo tomadas para regularizar o fornecimento.***

Caso a alegação do Poder Executivo seja que as informações aqui solicitadas já estão disponíveis no Portal da Transparência, cumpre lembrar que compete ao Poder Público, nos termos do Art. 11. §1º, I, comunicar o modo de realizar a consultar e efetuar a reprodução das informações solicitada. Sendo assim, **REQUER QUE** a Municipalidade **informe o MODO DE REALIZAR A CONSULTA dos questionamentos apresentados no presente pedido de informação.**

Vale lembrar que a ofensa a Lei de Acesso à Informação importa em crime de responsabilidade do Prefeito, nos termos do DL 201/67, Art. 1º, XIV, a saber:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

[...]

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

Requer ainda que as informações solicitadas sejam encaminhadas para o e-mail jrvieira@camaracosmopolis.sp.gov.br ou por se tratar de informação disponível em meio eletrônico, conforme autoriza o art. 11, §5º, da Lei 12.527/2011.

Por fim, requer que as informações solicitadas no presente pedido sejam apresentadas no prazo máximo legal, conforme determina o §1º, Art. 11 da Lei nº 12.527/2011, sob pena de se tomar as medidas cabíveis.

Ante o exposto ouvido o Plenário e atendidas as formalidades de praxe, REQUEREMOS que seja oficiado ao Poder Executivo para que sejamos atendidos quanto ao acima solicitado.

PLENÁRIO "JOÃO CAPATO", 30 DE ABRIL DE 2025.

**ANÉZIO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
(JUNIOR VIEIRA)
VEREADOR**